

# **Litel Participações S.A.**

## **Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias**

**Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário**

---

### **1 Contexto operacional**

A Litel Participações S.A. ("Litel" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi constituída em 21 de julho de 1995 e tem por objetivo a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades civis ou comerciais com sede no Brasil ou no exterior, como sócia cotista ou acionista, quaisquer que sejam os objetos sociais.

A Companhia possui participação de forma direta na Vale S.A. ("Vale"), que é uma sociedade anônima de capital aberto com seus títulos negociados nas bolsas de São Paulo - B3 (VALE3) e Nova York - NYSE (VALE).

A Vale e suas controladas diretas e indiretas têm como atividade preponderante a pesquisa, produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, níquel, cobre, manganês, ferro-ligas, cobalto, metais do grupo de platina e metais preciosos.

A Companhia foi signatária do Acordo de Acionistas da Vale ("Acordo") firmado em 14 de agosto de 2017, com vigência até 9 de novembro de 2020, o qual estabelecia as condições que regiam os direitos e obrigações decorrentes da condição de acionista da Vale, e regulava, por exemplo, o exercício do direito de voto, a indicação de membros ao Conselho de Administração e Diretoria da Vale, assim como, o direito de preferência. Em razão deste Acordo, as decisões relevantes eram compartilhadas e tomadas em conjunto com os demais signatários. A situação atual encontra-se descrita na Nota 2.7.

A emissão dessas informações contábeis intermediárias foi autorizada pela diretoria da Companhia em 11 de novembro de 2022.

### **2 Apresentação das informações contábeis intermediárias e principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

#### **2.1 Base de apresentação**

##### ***Informações intermediárias***

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico - CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária, e de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*.

Essas informações foram preparadas com base nas mesmas práticas contábeis descritas nas notas explicativas nº 2 às demonstrações financeiras anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, divulgadas ao mercado, e devem ser analisadas em conjunto com essas demonstrações.

## **Litel Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias**

**Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário**

---

#### **Julgamentos contábeis críticos**

A preparação das informações contábeis intermediárias requer o exercício de julgamento por parte da Administração na aplicação das políticas contábeis da Companhia. Esses julgamentos são baseados na experiência, conhecimento e interpretação dos fatos e circunstâncias existentes e conhecidos na data do balanço e outros fatores. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão desses julgamentos. O item que requer maior nível de julgamento e tem maior complexidade está divulgado na nota explicativa nº 2.7.

## **2.2 Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As informações contábeis intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

## **2.3 Ativos Financeiros**

### ***a. Classificação***

A classificação de ativos financeiros depende da finalidade para a qual tais ativos foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

### ***b. Ativos financeiros ao custo amortizado***

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo e, são classificados segundo os preceitos do pronunciamento IFRS 9/ CPC 48 – Instrumentos Financeiros. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativo não circulante).

### ***c. Reconhecimento e mensuração***

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

## **Litel Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias**

**Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário**

---

#### **d. *Compensação de instrumentos financeiros***

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **2.4 *Impairment de ativos***

A Companhia avalia, no final de cada período do relatório, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou conjunto de eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; e
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
  - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Para ativos não financeiros de longa duração, quando há indicação de redução do valor recuperável, é identificado o menor grupo de ativos para os quais existam fluxos de caixa separadamente identificáveis ("unidade geradora de caixa" ou "UGC") e é realizado teste de *impairment* para identificar o valor recuperável desses ativos agrupados. Se for identificada necessidade de ajuste, o mesmo é apropriado a cada ativo. O valor recuperável é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para venda.

## **Litel Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias**

**Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário**

---

Os saldos de ágio são testados para *impairment* pelo menos uma vez por ano.

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não foram identificados indicativos de *impairment* nos ativos da Companhia.

#### **2.5 Caixa e equivalentes de caixa**

Os montantes registrados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo, que possuem liquidez imediata e vencimento original em até três meses.

#### **2.6 Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários possuem característica de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, com disponibilidade a partir de três meses e estão registrados acrescidos dos rendimentos financeiros (resultado).

#### **2.7 Investimento em coligada**

Com o término do Acordo de Acionistas da Vale, mencionado na nota explicativa nº 1, a Vale deixou de ser caracterizada como uma controlada em conjunto da Companhia. Entretanto, ainda mantém influência significativa na Vale. A manutenção da influência significativa deve-se principalmente ao fato de que a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, controladora da Litel, é detentora de participação acionária de 9% das ações em circulação (8,55% do total das ações) na Vale em 30 de setembro de 2022 e tem conselheiro por ela indicado para o Conselho de Administração da Vale. Portanto, a PREVI participa das decisões relevantes da Vale. Assim, a Litel é uma extensão da PREVI, atuando como um veículo no qual a própria PREVI utiliza para manter o investimento em Vale, sem que Litel tenha qualquer outra operação. Também, PREVI e Litel compartilham das mesmas pessoas nos órgãos de decisão na Vale.

A participação da Companhia é reconhecida da seguinte forma:

- (i) nos lucros ou prejuízos é reconhecida na demonstração do resultado;
- (ii) nos resultados abrangentes é reconhecida na demonstração do resultado abrangente;
- (iii) nas demais movimentações patrimoniais é reconhecida de forma reflexa no patrimônio líquido.

Os ganhos e as perdas de diluição são reconhecidos na demonstração do resultado.

Em função de o ágio integrar o valor contábil dos investimentos, ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. Em vez disso, o valor contábil total do investimento é testado como um único ativo, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável. Tal evidência pode ser obtida pela existência de uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo.

## **Litel Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias**

**Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário**

---

A participação da Companhia na sua coligada, excluindo as ações em tesouraria, é a seguinte:

<b>Coligada</b>	<b>30 de setembro de 2022</b>	<b>31 de dezembro de 2021</b>	<b>30 de setembro de 2021</b>
Vale S.A.	1,65%	1,55%	1,53%

## **2.8 Resultado financeiro**

O resultado financeiro inclui os rendimentos, encargos, multas e juros de mora e variações monetárias a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes, e quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

## **2.9 Capital social**

O capital social está representado por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido, todas sem valor nominal. O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado.

## **2.10 Demonstração do valor adicionado**

A Companhia divulga suas demonstrações do valor adicionado (DVA), de acordo com os pronunciamentos do CPC 09, que são apresentadas como parte integrante das informações contábeis conforme prática contábil brasileira, aplicável a companhias abertas, que, entretanto para as práticas internacionais pelo IFRS, são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto de informações contábeis intermediárias.

## **3 Gestão de riscos**

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar sua estratégia de crescimento e flexibilidade financeira. Os riscos aos quais a Companhia está exposta decorrem substancialmente das operações realizadas pela Vale (conforme indicado logo abaixo), exceto em relação a fatores de risco relacionados à taxa de juros, principalmente decorrentes da oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que remunera suas aplicações financeiras. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade da taxa de juros, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco.

A Vale desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tanto, avalia não apenas o impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com ela (risco de crédito), aqueles inerentes aos processos produtivos (risco operacional) e aqueles oriundos do risco de liquidez.

## **Litel Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias**

**Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário**

#### **4 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>30 de setembro de 2022</b>	<b>31 de dezembro de 2021</b>
Disponibilidades	3	4
CDB de aplicação automática	2.523	5.927
	<b>2.526</b>	<b>5.931</b>

A Companhia possui uma política de investimentos que determina que suas aplicações de recursos se concentrem em títulos de renda fixa. Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as aplicações foram remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os recursos da Companhia estão aplicados em CDB emitido pelo Banco do Brasil S.A. com rentabilidade de 96% do CDI, liquidez imediata e baixa variação dos valores.

#### **5 Títulos e valores mobiliários**

O saldo de Títulos e valores mobiliários em 30 de setembro de 2022, no valor de R\$ 59.540 (R\$ 57.872 em 31 de dezembro de 2021), está relacionado à aplicação em Certificado de Depósito Bancário (CDB) do Banco Safra, remunerado à 102,40% do CDI e com vencimento em setembro de 2023.

#### **6 Tributos a recuperar**

	<b>30 de setembro de 2022</b>	<b>31 de dezembro de 2021</b>
IRPJ e CSLL	33.776	37.385
IRRF sobre recebimentos de JCP	15.005	934
IRRF sobre aplicações financeiras	972	555
	<b>49.753</b>	<b>38.874</b>
Ativo circulante	16.063	8.447
Ativo não circulante	33.690	30.427
	<b>49.753</b>	<b>38.874</b>

A Companhia envia regularmente à Receita Federal requerimentos via Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), solicitando as restituições dos créditos de Imposto de Renda e de Contribuição Social pagos a maior e não utilizados para a compensação dos tributos correntes.

**Litel Participações S.A.****Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias****Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário****7 Investimentos**

<b>Dados da coligada</b>	<b>Vale</b>
Patrimônio líquido em:	
30 de setembro de 2021	181.296.288
31 de dezembro de 2021	192.402.612
30 de setembro de 2022	179.538.000
Lucro líquido em:	
30 de setembro de 2021	90.862.190
31 de dezembro de 2021	121.227.595
30 de setembro de 2022	76.365.000
Percentual de participação em:	
30 de setembro de 2021	1,53%
31 de dezembro de 2021	1,55%
30 de setembro de 2022	1,65%
Quantidade de ações possuídas em:	
30 de setembro de 2021	74.832.355
31 de dezembro de 2021	74.832.355
30 de setembro de 2022	74.832.355

<b>Movimentação dos investimentos</b>	<b>Vale</b>
<b>Saldo de investimentos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.710.130</b>
Resultado de equivalência patrimonial	1.389.925
Ajustes de avaliação patrimonial - reflexo da coligada (*)	(388.783)
Resultado de variação de percentual de participação	65.702
Deliberação de dividendos e JCP da Vale	(1.003.672)
<b>Saldo de investimentos em 30 de setembro de 2021</b>	<b>2.773.302</b>
Ágio do investimento	27.341
<b>Saldo de investimentos + ágio em 30 de setembro de 2021</b>	<b>2.800.643</b>

<b>Movimentação dos investimentos</b>	<b>Vale</b>
<b>Saldo de investimentos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.975.017</b>
Resultado de equivalência patrimonial	1.257.996
Ajustes de avaliação patrimonial - reflexo da coligada (*)	(884.179)
Resultado de variação de percentual de participação	154.426
Deliberação de dividendos e JCP da Vale	(545.627)
<b>Saldo de investimentos em 30 de setembro de 2022</b>	<b>2.957.633</b>
Ágio do investimento	27.341
<b>Saldo de investimentos + ágio em 30 de setembro de 2022</b>	<b>2.984.975</b>

## **Litel Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias**

**Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário**

---

- (\*) Os ganhos e perdas não realizados, decorrentes, basicamente, de ajustes de conversão, de instrumentos financeiros, de obrigações com benefícios de aposentadoria e outros efeitos reconhecidos no patrimônio líquido da coligada são registrados de maneira reflexa em outros resultados abrangentes no momento do ajuste da equivalência patrimonial.

A amortização do ágio teve início em abril de 2001 e o saldo foi amortizado, de forma linear, até 31 de dezembro de 2008. O ágio não está sendo amortizado de forma linear desde então, porém, sujeito ao teste anual de recuperabilidade (*impairment*) e/ou realização.

Para fins de teste do valor recuperável do investimento, a Companhia analisa anualmente indicadores internos e externos, a partir de premissas disponíveis no mercado, tais como projeção de preço das *commodities* e volumes de produção. É considerado também o critério de valor de mercado, utilizando a média ponderada das cotações das ações de emissão da Vale no período.

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não foi reconhecida nenhuma provisão para fins de *impairment* nos ativos da Companhia.

### **Vale S.A.**

A Vale recomprou 178.815.500 ações ordinárias em 2022 (291.184.500 ações em 2021), concluindo assim os programas de recompra de ações da Vale, aprovados pelo seu Conselho de Administração em 2021.

Em maio de 2022, a Vale iniciou um novo programa de recompra de ações ordinárias que será implementado ao longo dos próximos 18 meses. Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, a Vale recomprou 119.114.479 ações ordinárias.

Em 2022 o Conselho de Administração da Vale aprovou o cancelamento de 353.569.147 ações ordinárias de sua emissão, adquiridas nos programas de recompra, sem redução do valor do seu capital social.

Diante do exposto acima, em 30 de setembro de 2022, o capital social da Vale está dividido em 4.542.591 mil ações ordinárias, excluídas as ações em tesouraria.

A variação no percentual de participação ocorrida em 30 de setembro de 2022, de 0,101104% (0,070961% em 30 de setembro de 2021), oriunda dos programas de recompra de ações ordinárias da Vale, gerou um ganho de R\$ 154.426 (R\$ 65.702 em 30 de setembro de 2021), que foi reconhecido no resultado do período como “Resultado de variação do percentual de participação societária”.

Conforme mencionado na nota explicativa 2.7, apesar do término do acordo de acionistas, o investimento na Vale segue sendo avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Apenas para fins informativos, o valor justo, utilizando como referência o preço das ações ordinárias da Vale negociadas em bolsa VALE3, no fechamento de 30 de setembro de 2022, é de R\$ 5.390.923.



## **Litel Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias**

**Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário**

---

#### **(i) Transações relevantes da Vale**

Considerando que a participação que a Companhia possui na Vale é seu principal ativo, julgamos relevante destacar os eventos e transações que impactaram o Balanço Patrimonial, os Fluxos de Caixa e o Resultado da Vale, durante o período de três meses findo em 30 de setembro de 2022. Esta nota explicativa (i) está apresentada em milhões de Reais.

**Rompimento da barragem de Brumadinho** - a Vale ainda mantém registradas, em seu balanço, provisões para descaracterização de barragens, acordos firmados e indenizações. Essas provisões são reavaliadas pela Vale quando necessário em razão de novas informações e circunstâncias. Em 30 de setembro de 2022, o valor de adições nessas provisões impactou o resultado da Vale no montante de R\$ 3.988 (R\$ 2.437 em 30 de setembro de 2021).

**Redução de capital de subsidiária no exterior** - Em agosto de 2022, a Vale aprovou a redução de capital da VISA no montante de R\$ 7.885 (US\$ 1.500 milhões), que resultou em ganho de R\$ 7.938, registrado na rubrica “Outros itens financeiros, líquidos”, em função da reclassificação da variação cambial acumulada no seu patrimônio líquido para o resultado do período.

**Venda dos ativos do Sistema Centro-Oeste** - Em julho de 2022, a Vale concluiu a venda das operações do Sistema Centro-Oeste para a J&F Mineração Ltda. (“J&F”) e recebeu R\$ 815, além de transferir à J&F as obrigações relacionadas aos contratos de logística take-or-pay. Esses ativos estavam classificados como mantidos para venda e um ganho no valor de R\$ 5.620 foi registrado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, devido à reversão do impairment do ativo imobilizado e da provisão para os contratos de logística. Adicionalmente, a Vale registrou no fechamento da transação um ganho de R\$ 188 em função da reclassificação da variação cambial acumulada no seu patrimônio líquido para o resultado do período.

**Venda da Vale Siderúrgica do Pecém (“CSP”)** - Em julho de 2022, a Vale assinou, em conjunto com os demais acionistas, um acordo vinculante com a ArcelorMittal para a venda da CSP. O valor de aproximadamente R\$ 11.527 (US\$ 2.132 milhões) que será recebido no fechamento da transação, será integralmente utilizado para a liquidação antecipada da dívida líquida da CSP no valor de aproximadamente R\$ 12.435 (US\$ 2.300 milhões). A Vale não espera registrar impacto material no resultado com o fechamento desta transação, previsto para ocorrer em 2023, sujeito às condições precedentes usuais.

#### **(ii) Dividendos e juros sobre capital próprio deliberados pela Vale**

A movimentação de proventos deliberados e pagos pela Vale, em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, está composta da seguinte forma:

**Litel Participações S.A.****Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias****Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário**

	<b>30 de setembro de 2022</b>	<b>31 de dezembro de 2021</b>
Saldo Inicial	-	92.514
JCP deliberados no período	115.196	62.540
IRRF s/ JCP deliberados no período	(17.280)	(9.381)
Recebimento de JCP no período	(97.916)	(53.159)
Dividendos deliberados no período	430.431	941.131
Recebimento de dividendos no período	(430.431)	(1.033.645)
	-	-

Em Reunião do Conselho de Administração da Vale realizada em 25 de fevereiro de 2021, foi aprovada a deliberação de proventos no montante de R\$ 21,8 milhões, correspondente ao valor total bruto de R\$ 4,261647 por ação ordinária, cabendo a Litel os montantes de R\$ 62.540 a título de juros sobre capital próprio e R\$ 256.368 a título de dividendos, dos quais R\$ 92.514 foram reconhecidos contabilmente como dividendos mínimos obrigatórios a receber nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 da Companhia. Os proventos foram pagos pela Vale em 15 de março de 2021.

Em Reunião do Conselho de Administração da Vale realizada em 17 de junho de 2021, foi aprovada a deliberação de dividendos no montante de R\$ 11 milhões, correspondente ao valor total bruto de R\$ 2,177096 por ação ordinária, cabendo a Litel o montante de R\$ 163.858, que foi pago pela Vale em 30 de junho de 2021.

Em reunião do Conselho de Administração da Vale realizada em 16 de setembro de 2021, foi aprovada a deliberação de dividendos no montante de R\$ 40,2 milhões, correspondente ao valor total bruto de R\$ 8,197239 por ação ordinária, cabendo a Litel o montante de R\$ 613.419, que foi pago pela Vale em 30 de setembro de 2021.

Em Reunião do Conselho de Administração da Vale realizada em 24 de fevereiro de 2022, foi aprovada a deliberação de proventos no montante de R\$ 17,8 milhões, correspondente ao valor total bruto de R\$ 3,701840 por ação ordinária, cabendo a Litel o montante de R\$ 278.321 a título de dividendos, que foram pagos em 16 de março de 2022.

Em Reunião do Conselho de Administração da Vale realizada em 28 de julho de 2022, foi aprovada a deliberação de proventos no montante de R\$ 16,2 milhões, correspondente ao valor total bruto de R\$ 3,572056 por ação ordinária, cabendo a Litel o montante de R\$ 152.110 a título de dividendos e o montante de R\$ 115.196 a título de JCP, que foram pagos em 1º de setembro de 2022.

**Litel Participações S.A.****Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias****Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário****8 Imposto de renda e contribuição a pagar/ Tributos a pagar**

	<b>30 de setembro de 2022</b>	<b>31 de dezembro de 2021</b>
IRPJ e CSLL	3.948	-
PIS e COFINS	42	27
Tributos retidos s/ serviços tomados	8	9
Outros tributos a pagar	20	18
	<b>4.018</b>	<b>54</b>

Para os anos-calendário 2022 e 2021 a Companhia optou pelo regime de lucro real anual.

**9 Patrimônio líquido****a. Capital social**

O capital social subscrito e integralizado, que compõe o patrimônio líquido para fins contábeis em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, é composto por 215.495.403 ações ordinárias, todas sem valor nominal, com a participação acionária assim distribuída:

<b>Acionistas</b>	<b>Quantidade de ações</b>	
	<b>ON</b>	<b>%</b>
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI	173.737.086	80,62%
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	24.785.521	11,50%
Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS	14.951.594	6,94%
Singular Fundo de Investimento em Ações	2.021.031	0,94%
Fundação CESP	171	>0,00%
	<b>215.495.403</b>	<b>100,00%</b>

**b. Reserva legal**

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite fixado pela legislação societária de 20% do capital social. Seu saldo é de R\$ 4.369.

A Companhia deixou de constituir em 2012 a reserva legal por ter atingido os limites legais.

**c. Reserva de lucros a realizar**

Constituída em função de lucros existentes economicamente, mas não disponíveis financeiramente, oriundos dos ajustes do investimento pelo método da equivalência patrimonial. Essa reserva, no montante de R\$ 2.187.771, poderá ser distribuída como dividendos na medida em que os lucros forem realizados ou tornarem-se financeiramente disponíveis.

## **Litel Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias**

**Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário**

---

#### **d. Ajustes de avaliação patrimonial**

Em atendimento ao CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (IAS 28), a Companhia reconhece de forma reflexa todas as movimentações ocorridas no patrimônio líquido da Vale, classificadas como resultados abrangentes. O movimento reflexo do investimento refere-se aos ganhos e perdas não realizados, decorrentes, basicamente, de ajustes de conversão, de instrumentos financeiros, de obrigações com benefícios de aposentadoria e outros efeitos. Em 30 de setembro de 2022, o saldo é de R\$ 83.022 (R\$ 406.196 em 31 de dezembro de 2021).

#### **e. Distribuição de resultados**

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com a lei societária e o estatuto social da Companhia.

#### **f. Lucro básico por ação**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada do total de ações emitidas durante o exercício. Para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 não houve variação na quantidade de ações ordinárias da Companhia.

	<b>Período de 3 meses findo em 30/09/2022</b>	<b>Período de 9 meses findo em 30/09/2022</b>	<b>Período de 3 meses findo em 30/09/2021</b>	<b>Período de 9 meses findo em 30/09/2021</b>
Lucro líquido do período	406.304	1.402.624	378.942	1.442.759
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	215.495	215.495	215.495	215.495
Lucro básico e diluído por ação – R\$	<b>1,89</b>	<b>6,51</b>	<b>1,76</b>	<b>6,70</b>

#### **g. Dividendos e juros sobre capital próprio**

Na Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 26 de fevereiro de 2021, foi aprovada a deliberação de juros sobre capital próprio no montante total de R\$ 9.400, correspondente a R\$ 0,043620 por ação ordinária do capital social relativos à antecipação do resultado do exercício de 2020.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2021, foi aprovada a deliberação de proventos relativos ao exercício de 2020 no montante total de R\$ 160.569, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,745115 e ao valor líquido de R\$ 0,633348 por ação do capital social, sendo:

- (i) Juros Sobre Capital Próprio no valor de R\$ 15.500, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,071927 e ao valor líquido R\$ 0,061138 por ação do capital social, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de dezembro de 2020 aos acionistas detentores de posição acionária em 06 de janeiro de 2021, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício social de 2020, que foram pagos em 30 de abril de 2021;

## **Litel Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias**

**Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário**

---

(ii) Juros Sobre Capital Próprio no valor de R\$ 9.400, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,043620 e ao valor líquido R\$ 0,037077 por ação do capital social, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de fevereiro de 2021 aos acionistas detentores de posição acionária em 03 de março de 2021, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício social de 2020, que foram pagos em 30 de abril de 2021;

(iii) Dividendos complementares ao mínimo obrigatório no montante de R\$ 67.449, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,312995 por ação do capital social, aos acionistas detentores de posição acionária em 29 de abril de 2021, que foram pagos em 30 de abril de 2021; e,

(iv) Dividendos adicionais no montante de R\$ 68.220, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,316573 por ação do capital social, aos acionistas detentores de posição acionária em 29 de abril de 2021, que foram pagos em 30 de abril de 2021.

Na Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 28 de junho de 2021, foi aprovada a deliberação de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 26.000, correspondente a R\$ 0,120652 por ação ordinária do capital social e dividendos no montante de R\$ 138.000, correspondente a R\$ 0,640385 por ação ordinária do capital social, ambos relativos à antecipação do resultado do exercício de 2021, que foram pagos aos acionistas em 2 de julho de 2021.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 1º de outubro de 2021, foi aprovada a deliberação de proventos no montante total de R\$ 613.000, sendo:

(i) Reversão de Reserva especial de dividendos não distribuídos no montante de R\$ 308.162, correspondente ao valor bruto de R\$ 1,430017 por cada ação ordinária do capital social da Companhia, que foram pagos aos acionistas em 7 de outubro de 2021;

(ii) Dividendos no montante de R\$ 287.838, correspondente ao valor bruto de R\$ 1,335703 por cada ação ordinária do capital social da Companhia, que foram pagos aos acionistas em 7 de outubro de 2021; e,

(iii) Juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 17.000, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,078888 e ao valor líquido R\$ 0,067055 por cada ação ordinária do capital social da Companhia, que foram pagos aos acionistas em 7 de outubro de 2021.

Na Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 29 de dezembro de 2021, foi aprovada a deliberação de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 9.500, correspondente a R\$ 0,044084 por ação ordinária do capital social, relativos à antecipação do resultado do exercício de 2021, que foram pagos aos acionistas em 24 de março de 2022.

A Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 17 de março de 2022, foi aprovada a deliberação, a título de antecipação dos resultados do exercício de 2021, da distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 273.292, correspondente ao valor bruto

## **Litel Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias**

**Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário**

---

de R\$ 1,268205 por cada ação ordinária do capital social, que foram pagos aos acionistas no dia 24 de março de 2022.

A Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 29 de julho de 2022, foi aprovada a deliberação, a título de antecipação dos resultados do exercício de 2022, da distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 92.680, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,430078 por cada ação ordinária do capital social, que foram pagos aos acionistas em 02 de agosto de 2022 e 02 de setembro de 2022.

A Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 29 de julho de 2022, foi aprovada a deliberação, a título de reversão da reserva de lucros a realizar, da distribuição de dividendos no montante de R\$ 155.158, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,720004 por cada ação ordinária do capital social, que foram pagos aos acionistas em 02 de setembro de 2022.

A movimentação de proventos propostos e pagos pela Administração aos acionistas da Companhia em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está composta da seguinte forma:

	<b>30 de setembro de 2022</b>	<b>31 de dezembro de 2021</b>
Saldo Inicial	9.500	92.349
JCP deliberados no período	92.680	52.500
Pagamento de JCP no período	(102.180)	(67.900)
Dividendos deliberados no período	428.450	802.220
Pagamento de dividendos no período	(428.450)	(869.669)
	<b>-</b>	<b>9.500</b>

## **10 Debêntures liquidadas**

Em 15 de setembro de 2019, a Companhia realizou a sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, no valor total de R\$ 450 milhões, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. Foram emitidas 450.000 debêntures, cada uma com o valor nominal de R\$ 1.000,00, sendo remuneradas ao custo de 112% do CDI.

As debêntures foram reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e foram, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar foi reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os saldos estiveram em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os recursos captados por meio da emissão de debêntures foram utilizados para reforço de caixa da Companhia.

## **Litel Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias**

**Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário**

Nos termos da cláusula 5.20 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Litel Participações S.A. (“Escritura de Emissão”), foi facultado ao emissor, realizar o Resgate Antecipado Facultativo a qualquer momento, a partir de 15 de outubro de 2020 (inclusive), com relação ao total das Debêntures.

Diante disso, na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 18 de março de 2021, foi autorizado o Resgate Antecipado Facultativo das debêntures, mediante o pagamento da totalidade do saldo remanescente do Valor Nominal Unitário das Debêntures de R\$ 150.000, acrescido dos juros remuneratórios devidos até essa data, calculados *pro rata temporis* de R\$ 1.311 (dos quais R\$ 644 foram reconhecidos no resultado da Companhia em março de 2021 como Despesas financeiras), acrescido do prêmio aos debenturistas no valor de R\$ 587. Com a liquidação das debêntures também foram reconhecidas no resultado do referido período as despesas de captação, no valor de R\$ 1.426.

## **11 Despesas Administrativas**

	<b>Período de 3 meses findo em 30/09/2022</b>	<b>Período de 9 meses findo em 30/09/2022</b>	<b>Período de 3 meses findo em 30/09/2021</b>	<b>Período de 9 meses findo em 30/09/2021</b>
Serviços (consultoria, infraestrutura e outros)	(477)	(1.632)	(975)	(2.125)
Remuneração de conselheiros e diretores	(112)	(304)	(96)	(250)
Tributos e contribuições (*)	(10.679)	(10.718)	(19)	(5.835)
Outros	(2)	(3)	(1)	(11)
	<b>(11.270)</b>	<b>(12.657)</b>	<b>(1.091)</b>	<b>(8.221)</b>

(\*) Referem-se, basicamente, ao PIS e COFINS incidentes sobre o montante de JCP deliberado pela Vale e encargos incidentes na remuneração de conselheiros e diretores.

## **12 Resultado Financeiro**

	<b>Período de 3 meses findo em 30/09/2022</b>	<b>Período de 9 meses findo em 30/09/2022</b>	<b>Período de 3 meses findo em 30/09/2021</b>	<b>Período de 9 meses findo em 30/09/2021</b>
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	1.209	5.274	842	2.277
Variações monetárias - créditos fiscais	707	2.029	139	387
	<b>1.916</b>	<b>7.303</b>	<b>981</b>	<b>2.664</b>
Despesas financeiras				
Tributos sobre receitas financeiras	(99)	(350)	(46)	(124)
Juros s/ debêntures	-	-	-	(644)
Prêmio s/ debêntures	-	-	-	(587)
Outras despesas financeiras	(73)	(146)	(17)	(94)
	<b>(172)</b>	<b>(496)</b>	<b>(63)</b>	<b>(1.449)</b>
Resultado financeiro líquido	<b>1.744</b>	<b>6.807</b>	<b>918</b>	<b>1.215</b>

## **Litel Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias**

**Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário**

---

## **13 Contingências**

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e de outras naturezas. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela administração em conjunto com seus consultores jurídicos internos e externos e leva em consideração: (i) histórico de perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; e (iii) doutrina e jurisprudência aplicáveis a cada disputa. Com base nessa avaliação, a Companhia constitui provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como perda provável. Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui nenhum processo considerado como de perda provável. Os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras, conforme preceitos estabelecidos no CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (IAS 37).

### **Litígios Elétron:**

Em 26 de setembro de 2018, foi homologado pelo juízo da 5ª Vara Empresarial o termo de Transação Extintiva de Litígio (“Transação”) entre Litel, Bradespar e Elétron, nos autos da Ação de Execução, encerrando todos os três litígios que envolviam as partes (Arbitragem nº 2010.00863 - “Expansão Valepar”, Ação de Execução nº 0338801-16.2014.8.19.0001 e Arbitragem nº 2015.00905 – 3ª Arbitragem) além das ações anulatórias distribuídas por Litel (Ação Anulatória nº 0093326-60.2010.8.19.0001 e Ação Anulatória nº 0495870-19.2011.8.19.0001) e ações anulatórias propostas por Bradespar, assim como todos os recursos e incidentes a elas relacionados. Em contrapartida para o encerramento dos litígios, Litel e Bradespar efetivaram o pagamento na mesma data do valor de R\$ 2.820.000, de forma solidária e na proporção de 50% cada uma em moeda nacional corrente. Extinta a execução, na forma do art. 924, II, do Código de Processo Civil, Elétron conferiu quitação à Litel e à Bradespar, e Litel e Bradespar à Elétron, de forma ampla, geral e irrestrita, em caráter irretratável e irrevogável, sobre todas e quaisquer divergências existentes e que possam existir relativos aos eventos ocorridos por força dos fatos objeto das ações judiciais e arbitrais, bem como sobre quaisquer fatos acerca da sua participação na Valepar e das obrigações constantes do Acordo de Acionistas Valepar.

Em novembro de 2018, Litel propôs ação em face de Bradespar e Bradesplan pleiteando o ressarcimento dos valores desembolsados no âmbito da Transação (acima definida). Tal processo tramita em segredo de justiça e é classificado como chance de êxito possível pelos advogados que patrocinam a causa. Em resposta, Bradespar e Bradesplan apresentaram em março de 2019 a contestação e reconvenção. Na reconvenção, Bradespar e Bradesplan pleiteiam uma indenização equivalente a R\$ 705.000, a qual é classificada como chance de perda possível pelos advogados que patrocinam a causa. A Companhia, na sequência, apresentou sua réplica e resposta à reconvenção.

Em dezembro de 2019, o juízo de primeira instância proferiu sentença julgando improcedente o pedido da Litel e parcialmente procedente o pedido reconvenicional de Bradespar e Bradesplan para condenar a Litel ao pagamento de R\$ 470.094. Os assessores jurídicos da Litel apresentaram Recurso de Apelação em junho de 2020, visando à reforma da sentença.



## **Litel Participações S.A.**

### **Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias**

**Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário**

---

Em janeiro de 2021, a Décima Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por unanimidade, deu provimento ao Recurso de Apelação, reformando integralmente a decisão de primeiro grau para condenar a Bradespar ao pagamento do valor de R\$ 1.410.000. Foi ainda julgada improcedente a reconvenção apresentada pela Bradespar contra a Litel. Contra o acórdão que julgou a apelação da Litel, Bradespar e Nova Paiol (novo nome da Bradesplan) opuseram embargos de declaração, os quais foram respondidos pela Litel. Em agosto de 2021, a turma julgadora, por unanimidade de votos, acolheu parcialmente os embargos de declaração apenas para reduzir o valor dos honorários sucumbenciais de 10% para 2% sobre o valor da condenação da ação principal e sobre o valor da reconvenção. Em seguida, Bradespar, Nova Paiol e Litel interpuseram recurso especial. Os autos foram remetidos para a 3ª Vice-Presidência do TJRJ e as partes intimadas para apresentar contrarrazões. Em 19 de outubro de 2021, a Litel protocolou suas contrarrazões ao recurso especial da Bradespar e Nova Paiol. Os recursos especiais foram redistribuídos ao Min. Marco Buzzi, após a declaração de suspeição do Min. Antonio Carlos Ferreira e, atualmente, aguardam o julgamento.

## **14 Partes relacionadas**

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não tem quaisquer saldos e/ou transações inseridas ou não inseridas no seu contexto operacional com partes relacionadas, exceto os depósitos bancários e as aplicações detidas junto ao Banco do Brasil, conforme demonstrado na nota explicativa nº 4, bem como não possui qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores, clientes ou financiadores com os quais a Companhia mantém uma relação comercial.

Conforme deliberação ocorrida na Reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de maio de 2022, cada membro da diretoria da Companhia faz jus à remuneração mensal de R\$ 7. O total pago em 30 de setembro de 2022 foi R\$ 114 (R\$ 108 em 30 de setembro de 2021).

O Conselho de Administração da Companhia faz jus à remuneração mensal de R\$ 11 para cada membro, conforme deliberação ocorrida na Reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de maio de 2022. O total pago em 30 de setembro de 2022 foi R\$ 190 (R\$ 142 em 30 de setembro de 2021).

\* \* \*

Carlos Eduardo Reich de Sampaio – Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Marcelle Santos de Vasconcellos – Diretora sem designação específica

Flávio Freitas Thomaz Pereira – Contador CRC RJ 081603/O-0